



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social

O PENSAMENTO DE MILTON SANTOS E O SERVIÇO SOCIAL: INICIANDO UM DIÁLOGO A PARTIR DA CATEGORIA ESPAÇO

MONIQUE DE CARVALHO CRUZ¹

Resumo:

Este artigo visa trazer ao debate no Serviço Social contribuições do pensamento de Milton Santos. Apresentaremos o autor que é um dos principais pensadores a ter se dedicado a conhecer o Brasil. Serão evidenciados conceitos e categorias centrais do seu pensamento para demonstrar que uma análise competente sobre a *questão social* somente pode ser realizada a partir da história que só se faz no espaço.

Palavras-chave: territórios negros; antirracismo; teoria; formação.

Abstract:

This article aims to bring to the debate on Social Work, contributions from the thought of Milton Santos. We will present the author, who is one of the main intellectuals who has dedicated himself to understanding Brazil. Central concepts and categories of his thought will be evidenced to demonstrating that a competent analysis of the social issue can only be carried out based on the history that only makes sense place in space.

Key words: black territories; antiracism; theory; formation.

Introdução

Este artigo visa trazer ao debate no Serviço Social algumas contribuições do pensamento de Milton Santos para promover um diálogo com a categoria fundamental da Geografia que é o *espaço* e que dá corpo à categoria *formação socioespacial* brasileira. Para tanto serão acionados pensadoras/es do Serviço Social para coadunar as análises de maneira a refletir sobre a atuação

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro

e o compromisso ético-político assumido pela categoria profissional de assistentes sociais nas últimas décadas.

Inicialmente será apresentado o autor que é considerado um dos principais pensadores que se dedicou a conhecer o Brasil, a refletir sobre o território, sua população, a política e a democracia, categorias fundamentais para as produções teórico-práticas de assistentes sociais.

Depois serão evidenciadas algumas das categorias centrais do pensamento dele para então discutir as questões relacionadas ao Serviço Social. Partimos, nesta reflexão, do pensamento de autoras/es Serviço Social como Netto (2008) e Guerra (2013), que nos convocam a questionar a aparência dos fenômenos sociais para incidir na realidade com a qual lidamos para romper com o conservadorismo e o pragmatismo. Considerando o arcabouço teórico acionado no Serviço Social considera-se que o pensamento de Milton Santos oferece bons elementos que permitem conhecer as estruturas nas quais se fundam as expressões da questão social no Brasil.

Guerra (2018, p.25), por exemplo, afirma que assistentes sociais devem ser “[...] contemporâneas do seu tempo, para o que se faz necessária uma formação que seja capaz de responder aos dilemas da atualidade”. Por isso, o pensamento de Milton Santos é considerado um importante composto de categorias analíticas úteis ao Serviço Social, especialmente, porque tem na *totalidade* o principal elemento orientador das análises sobre o Brasil. Nas considerações finais são compartilhadas reflexões sobre alguns desafios colocados para a categoria dos profissionais de Serviço Social que podem ser, a partir desta análise, enfrentados a partir das contribuições apresentadas nas sessões iniciais.

Importante ressaltar que se parte da premissa de que as camadas mais baixas da classe trabalhadora brasileira são compostas por grupos raciais não-brancos (IBGE, 2022), e que este elemento não se reduz à cor da pele, mas todo um arcabouço teórico-prático que se configura como uma arma ideológica de dominação (MOURA, 1994). Consideramos ainda, a partir de Cruz (2020, 2021ab) que grande parte das pessoas usuárias do Serviço Social vivem em *territórios negros*. A constituição histórica própria de sua localização nas cidades os torna locais historicamente constituídos, que produzem e aglutinam determinadas demandas que levam as pessoas às instituições públicas e privadas, em busca do Serviço Social.

Assim, trazemos a categoria *espaço* como uma categoria historicamente determinada, constituída como natureza transformada, e em permanente transformação a partir da ação e das relações humanas (SANTOS, 1977, 1982, 1985).

2. Milton Santos um pensador negro brasileiro

Milton Santos nasceu no estado da Bahia em 1926 e faleceu em 2001 na cidade de São Paulo. Bacharel em Direito e Doutor em Geografia recebeu títulos de Doutor *Honoris Causa* de doze universidades brasileiras e sete estrangeiras e é considerado um dos maiores pensadores do século XX. Com reconhecida produção intelectual e acadêmica, professor Milton conheceu muitos países, alguns durante o período em que esteve exilado pelo regime da ditadura empresarial-civil-militar brasileira. Atuou como jornalista e redator e chegou a ser representante da Casa Civil do governo Jânio Quadros na Bahia em 1961. Em que pese a amplíssima produção teórica baseada na teoria marxiana, ainda é um pensador pouco estudado no Serviço Social e outras ciências sociais e humanas. O epistemicídio (CARNEIRO, 2005) característico das universidades brasileiras acabou por concentrar seu pensamento a alguns núcleos da Geografia.

Para fins deste trabalho, dedicamo-nos a refletir sobre a questão do *espaço* enquanto uma categoria de análise importante em relação às particularidades brasileiras que determinam as demandas trazidas ao Serviço Social. É seguindo o conselho de Guerra (2018, p.33) de que “[...] o referencial teórico-metodológico se constitua em instrumento de leitura e interpretação da realidade [...]” que realizamos o esforço teórico de refletir a partir de categorias cunhadas pelo professor Milton Santos como forma de reconhecer as peculiaridades brasileiras que nos permitam sair do particular para o universal e vice-versa.

Compreendemos que a teoria crítica, em especial, aquela que se funda no pensamento marxiano permite ao Serviço Social uma análise aprofundada da realidade social na qual se fundam as expressões da *questão social*, a matéria de sua intervenção. Nesse sentido, compreende-se que estas expressões se dão no seio do modo de produção capitalista, nas contradições que se forjam em toda a sociedade, contudo, sem ignorar as particularidades que a compõem. Por isso, consideramos que as contribuições do pensamento de Milton Santos, especialmente no tocante a nossa *Formação Econômica e Social* (em sua relação com a dimensão espacial) brasileira são fundamentais para uma análise e intervenção mais bem qualificadas por parte das/os assistentes sociais.

Santos (1977, p.86, grifos nossos), em uma de suas principais obras, afirma que

Modo de produção, formação social, espaço [...] são interdependentes. Todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação,

distribuição, consumo) são histórica e **especialmente** determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social.

Para ele “[...] A História não se escreve fora do espaço, e não há sociedade a-espacial, o espaço ele mesmo é social” (*Idem*, p. 81) não sendo possível, então, que se confunda “formação econômica e social” e “sistema social”, já que o primeiro é determinado pelo tempo e espaço e o segundo se aplicaria a qualquer forma de sociedade. Por isso, para o autor temos de falar em *formação socioespacial*.

Ele demonstra ainda que os elementos particulares de cada formação econômica e social não podem ser compreendidos sem que sejam analisados como parte de um “[...] quadro totalizador, no qual todos os seus elementos são variáveis que interagem e evoluem juntos, submetidos a lei do todo [...]” (SANTOS, 1977, p.84). Assim o *espaço* reproduz a totalidade social e se reproduz, ele mesmo, no interior da totalidade ao passo que influencia também a evolução de outras estruturas se tornando, ainda de acordo com o autor *um componente fundamental da totalidade social*.

A *totalidade* é uma categoria analítica bastante trabalhada no Serviço Social, especialmente partindo da obra marxiana. Sendo uma categoria complexa que permite analisar a sociedade, de acordo com Santos (2006), sem retirá-la do todo ao mesmo tempo que permite analisá-la de maneira particular. Assim, considerando as contradições intrínsecas às relações sociais e ao próprio modo de produção capitalista é que nos interessa olhar para as particularidades nacionais que nos permitem racializar as análises sobre o Brasil identificando as bases da gênese das expressões da questão social com as quais temos de lidar cotidianamente.

Por isso, consideramos que *formação socioespacial* é uma categoria mais abrangente e que, dada a forma como o Brasil se constituiu como nação – tendo na sua formação espacial um elemento fundamental de como as forças produtivas se desenvolvem produzindo determinadas sociabilidades –, pode trazer importantes contribuições às nossas análises e aos desafios para o Serviço Social.

2.1 Formação socioespacial e as cidadanias mutiladas: categorias para uma análise da questão social no Brasil

Sendo o objeto da intervenção profissional de assistentes sociais a *questão social* é compreendida a partir das determinações históricas que a constituem. E, é, de acordo com



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Yasbek (2018, p.50) [...] a “matéria-prima’ e a justificativa da constituição do espaço profissional do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho e como área de construção de conhecimento”.

Essas determinações não estão fora do *espaço* e carregam também particularidades que dizem respeito à forma como o Estado brasileiro se constituiu. Nesse tocante, não podemos ignorar os efeitos político-sociais das particularidades nacionais que dizem respeito à colonização (uma ocupação territorial violenta e marcada pela expropriação das riquezas), assim como as consequências dos 400 anos em que vivemos sob o modo de produção escravista, brilhantemente estudado por Moura (2020a, 2020b).

Os efeitos daquele modo de produção atravessaram os séculos constituindo racionalidades e as sociabilidades que forjam as subjetividades até os nossos dias. Como afirma Santos (1997, p.135): “O modelo cívico brasileiro é herdado da escravidão, tanto o modelo cívico cultural como o modelo cívico político. A escravidão marcou o território, marcou os espíritos e marca ainda hoje as relações sociais deste país [...]”.

Nesse sentido, mais uma vez recorreremos às suas elaborações, que corroboram para que compreendamos o *Estado-Nação como totalidade e como espaço*:

Os recursos totais se um Estado-Nação são, na verdade, indivisíveis, seja o capital, a população, seja a força de trabalho, a mais-valia etc. Em cada período histórico esses recursos combinam-se e distribuem-se de maneira diferente.

As combinações se fazem em lugares historicamente determinados, de forma que a combinação de recursos (homens, capital, infraestrutura, instituições, ecologia) se transformam em sinônimo de localização. Pode-se falar, então, **em uma definição específica de cada lugar**. Os recursos totais estão geograficamente distribuídos de forma concreta através de combinação de segmentos ou frações de recursos. Esses recursos devem ser classificados, se desejamos ter êxito na análise. **Quanto mais precisa for a classificação, mais exatas serão as conclusões e mais próximos os fatos particulares**. [...] (SANTOS, 2014, p.43-44, grifos nossos).

Nessa perspectiva, nos interessa pensar sobre racismo e o heterossexismo cristão que pautaram o empreendimento militar e financeiro da colonização e que são bases fortes e bem estruturadas das nossas relações sociais. Em que pese os avanços importantes no tocante ao acesso a alguns direitos e à promulgação da Constituição Federal “Cidadã” em 1988, seguimos em uma sociedade racial e socialmente desigual que está marcada por processos que se baseiam em uma igualdade formal que não se concretiza na prática.

Se analisarmos os dados demográficos sobre a população brasileira hoje, podemos afirmar que a maior parte das pessoas que vivem em condições de exploração extremada, no subemprego, vivendo em lugares pobres sem saneamento básico e, territórios violentados, ou

seja, aquelas pessoas que em geral estão no grupo de demandantes dos serviços sociais, encontraremos uma maioria de mulheres, negras, moradoras da periferia.

Por isso é que nos interessa pensar as bases históricas de uma cidadania que não se consolidou para a população brasileira em geral, mas que tem seus efeitos nefastos voltados às pessoas não-brancas. Assim acionamos outra categoria importante cunhada pelo professor Milton Santos (2002), que é a de *cidadanias mutiladas* (*Idem*, 2002).

Para o autor a democracia no Brasil não poderia ser pensada a partir de uma ideia “genuína de democracia” na qual encontraríamos um regime político onde o centro é o gênero humano em sua plenitude garantindo-se “liberdade da igualdade e da igualdade à liberdade”, mas uma democracia de mercado onde as relações “econômicas” são priorizadas e as pessoas deixadas em segundo plano, produzindo essas *cidadanias mutiladas*. Principalmente porque as classes médias, em especial, se movimentam em prol de manutenção de privilégios e não de direitos.

O Serviço Social é uma profissão que historicamente buscou romper com suas origens conservadoras, arbitrarias e antidemocráticas. Os processos de *intenção de ruptura* (NETTO, 2008) dizem respeito a uma construção histórica da profissão que estruturou o campo político de questionamento da ordem imposta pelo capitalismo e que exigia um determinado perfil profissional para a execução de práticas não democráticas, limitadoras e omissas diante da estrutura opressora das relações sociais.

Politicamente nos constituímos como uma profissão interventiva que assumiu um compromisso ético-político que compreende a sociedade como constituída por duas classes fundamentais e que se alia a uma delas, a classe trabalhadora, da qual fazemos parte como sujeitos que vivem do trabalho. Isto quer dizer que nosso Código de Ética profissional (1993) – promulgado poucos anos depois da Constituição Federal de 1988 –, é composto não só pelas normativas que gerem nossa profissão, como também está marcado pelo compromisso com a democracia, a liberdade e os direitos humanos.

Coutinho (1999, p.42), por outro lado, resumiu que “[...] podemos defini-la como a presença efetiva das condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na formação do governo e, em consequência, no controle da vida social”. O autor ainda volta ao pensamento rousseauiano ao afirmar que “[...] a democracia é concebida como a construção coletiva do espaço público, como a plena participação consciente de todos na

gestação e no controle da esfera política” (Idem, p.42), daí as contradições que estão colocadas nas sociedades de classes.

Compreendemos então que as populações usuárias do serviço social, especialmente no neoliberalismo, se constituem como populações alijadas de direitos em uma estrutura na qual as classes sociais são racialmente determinadas justamente pelos processos históricos que as relegaram à pobreza e à violação de direitos como prática estatal sistemática. Contraditoriamente, buscamos, como assistentes sociais, fortalecer as bases democráticas no país, para vencer os obstáculos colocados para o acesso à direitos formalmente garantidos.

Nesta realidade em que populações lidam com obstáculos seculares ao acesso ao trabalho, promovidos por ideologias discriminatórias que se reatualizam, e na medida em que o capitalismo avança cada vez no desenvolvimento das forças produtivas é que as políticas com as quais as/os assistentes sociais trabalham são desfinanciadas, produzindo exigências por parte de seus empregadores (e da população usuária) de respostas imediatas como já nos alertou Guerra (2013).

3. Serviço social: desafios e possibilidades

Trazer o pensamento de Milton Santos em colaboração com as/os pensadoras/es do serviço social, nos parece uma forma interessante de racializar as leituras de uma sociedade que é racializada desde sua fundação, já que o uso do sistema raça-trabalho é fundante das relações sociais de produção e, especialmente, da divisão sociotécnica do trabalho como bem demonstrou Quijano (2002).

Esse sistema que se mantém no tempo e que dá base às expressões da questão social nas Américas se constitui no cotidiano com particularidades que, sem as devidas mediações, não permitirá que conheçamos quem são de fato nossas/os usuárias/os e como nossa intervenção pode se efetivar em acordo com o nosso Projeto Ético-Político.

Reconhecer esse cotidiano, que se faz em um determinado espaço, a partir de determinações históricas, requer um constante trabalho de estudo e qualificação, requer também como apontam Forti e Guerra (2010) uma compreensão substancial da realidade na qual estamos inseridas como profissionais.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Guerra (2013) nos demonstra ainda que o cotidiano é o solo ontológico no qual se gesta o exercício profissional, sendo o espaço de realização da reprodução de as individualidades e da sociabilidade, portanto, um *locus* privilegiado para a ação profissional. Por outro lado, o cotidiano está permeado pela imediaticidade o que provoca, muitas vezes uma atuação imediatista, baseada na necessidade de solução rápida e do enquadramento dos sujeitos à ordem social burguesa (NETTO e CARVALHO, 2008).

Entendemos então que reconhecer o Brasil – sua população e território, nos temos de Santos (2002) – é urgente para que estejamos aptas a lidar com outro desafio importante destacado por Guerra (2018, p.26) que é o “[...] estabelecimento de mediações entre a produção de um conhecimento crítico e a efetivação de respostas alternativas às atuais condições/relações de trabalho e requisições institucionais”.

Ainda para esta autora:

[...] Coerentes com o referencial teórico que orienta nossas entidades representativas, desde os anos de 1970, mantemos uma marca histórica na nossa cultura profissional que é de promover permanentemente a revisão crítica das nossas formulações e representações teórico-metodológicas, didático-pedagógicas, ético-políticas e jurídico-formais, construídas coletivamente. (Guerra, 2018, p.26)

Essa coerência em nossa análise responde ao movimento da história garantindo que haja compromisso ético com as lutas das classes trabalhadoras, nos permite ainda reconhecer e os equívocos históricos construindo para o reconhecimento da realidade na qual intervimos. Nesse conjunto de questões orientadoras propostas por Guerra (2018) para pensar o Serviço Social, consideramos que tanto o teorismo, quanto o metodologismo e a história linear e cronológica são questões produzidas por um determinado tipo de olhar, que a autora já criticou em outras oportunidades quando falou sobre a forma pragmática como nos apropriamos das teorias.

Nesse tocante, corroboramos com a autora trazendo Santos (2002) que afirmou que ao olharmos o Brasil a partir de teorias europeias e/ou estadunidenses sem mediações e particularizações incorremos em erros que nos fazem olhar para um *país distorcido*. Por isso, reafirmamos que não racializar as estruturas sociais brasileiras, nas quais as classes fundamentais são compostas por proprietários brancos e trabalhadores não-brancos, é incorrer em um erro de análise que na nossa avaliação é um dos fatores elementares que mantém viva a falaciosa máxima de que *na prática a teoria é outra*.

Por essa razão, concordamos com Guerra (2018, p.33) quando afirma que

[...] As categorias teóricas da teoria social de Marx e de autores da tradição marxista tem que nos possibilitar interpretar os modos de viver e de pensar dos sujeitos sociais

individuais e coletivos com os quais trabalhamos, na sua condição de indivíduo, classe e gênero humano.

São as categorias desenvolvidas por Milton Santos com base no pensamento marxiano que nos permitem olhar para o Brasil reconhecendo-o em suas particularidades, nas quais o neoliberalismo se instaura tornando pessoas, números como demonstrou (MBEMBE, 2017) que lucra com a produção e o aprofundamento da barbárie que atinge as pessoas não-brancas das classes trabalhadoras de maneira brutal todos os dias e que as leva às salas de assistentes sociais que “não enxergam cor” e que ao reproduzir racismo, machismo e outras discriminações incorre na reprodução do pragmatismo e do conservadorismo da lógica capitalista de existência.

Considerações finais

Concordamos com Yazbek (2018, p.49) quando afirma que

[...] As políticas sociais são a mediação fundamental para esse exercício [profissional]. O trabalho do assistente social pode produzir resultados concretos em diversas esferas: nas condições materiais, sociais, políticas e culturais da vida de seus usuários; em seu acesso e usufruto de políticas sociais, programas, serviços, recursos e bens; em seus comportamentos e valores; em seu modo de viver e de pensar; em suas formas de luta e organização; e em suas práticas políticas de resistência.

Contudo, concordamos também com Palmiro Togliatti (*apud* MONDAINI, 2011) quando afirmou que “quem erra na análise, erra na ação”. E olhar para as classes trabalhadoras brasileiras sem que sejam consideradas em suas particularidades é olhar para um *país distorcido*, e, portanto, produzir intervenções distorcidas e que não se efetivam.

Para Milton Santos (2006) descrição e explicação são inseparáveis, de acordo com ele o alicerce da descrição é a vontade de explicação. Para tanto, explicar, agregaríamos, é a tarefa de quem interpretou e que poderá assim intervir. Denilson Araujo (2013), intelectual contemporâneo, afirma por outro lado que interpretar é agir, e a ele nos juntamos em coro, quando afirmamos que não é possível intervir sobre a *questão social* no Brasil sem reconhecermos as particularidades de sua gênese.

Reconhecendo nossa capacidade crítica de análise, destacamos o professor Milton Santos como um intelectual que pensou o Brasil a partir de referenciais do pensamento marxiano. Ao reconhecer o Brasil racializando a gênese da questão social, não somente pelos efeitos dos 400 anos de escravização, mas pela estrutura de poder que se instituiu em países capitalistas centrais



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

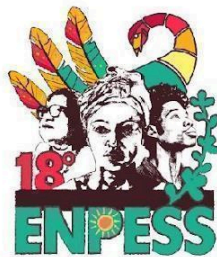
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

a partir da expropriação de nossas riquezas, estamos recorrendo às práticas e formações antirracistas e que reconhecem os equívocos históricos cometidos pela categoria profissional ao reproduzir a formalidade liberal do “somos todos iguais” porque “somos serem humanos genéricos”.

A racionalidade que instituiu uma supremacia branca masculinista que mantém o capitalismo de pé em todo mundo às custas do sangue e do suor de trabalhadoras e trabalhadores, não pode ser tratada a partir da ótica da pós-modernidade. Essas acusações vazias e tautológicas apenas reafirmam que se está contribuindo com a manutenção do *status quo* e das diretrizes racistas e heterossexistas militarizadas que fundam, mantêm e incrementam o modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. São Paulo : Universidade de São Paulo, 2005.
- COUTINHO, C. N. Cidadania e modernidade. **Perspectivas**, São Paulo, n. 22, p. 41-59, 1999. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2087>.
- CRUZ, M. D. C. **Aqui a bala come, não tem aviso prévio: favela, necropolítica e a resistência das mulheres-mães guardiãs da memória**. Dissertação (Mestrado). UFRJ/PPGSS. Rio de Janeiro. 2020.
- CRUZ, M. D. C. A atuação do Estado-Colonial-Penal nas favelas e as demandas para o Serviço Social. *In*: ELPIDIO, M. H.; ROCHA, R.; VALDO, J. P. **Questão racial e Serviço Social: Contribuições à luta antirracista: questão étnico-racial em debate**. São Paulo: [s.n.], 2021a. p. 177-195.
- CRUZ, M. D. C. As particularidades fundantes do punitivismo à brasileira. **Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 524-547, Março 2021b.
- FORTI, V.; GUERRA, Y. **Serviço Social: temas, textos e contextos**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2010.
- GUERRA, Y. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. **Katalysis**, Florianópolis, v. 16, n. Esp., p. 39-49, 2013.
- GUERRA, Y. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. *In*: GUERRA, E. A. **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas-SP: Papel Social, 2018. p. 25-46.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2017.
- MONDAINI, M. **Do stalinismo à democracia: Palmiro Togliatti e a construção da via italiana ao socialismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
- MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro**. 3ª. ed. São Paulo: Anitta Gribaldi, 2020.
- MOURA, C. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. 6ª. ed. São Paulo: Anitta Garibaldi, 2020.
- NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo : Cortez, 2008.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

NETTO, J. P.; CARVALHO, M. D. C. B. D. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, D. A. ALGUMAS PALAVRAS SOBRE AS MANIFESTAÇÕES E CONFLITOS SOCIAIS NO RIO DE JANEIRO A PARTIR DE JUNHO DE 2013. **Ensaio De Geografia**, Niterói, 2, 2013. Disponível em: https://periodicos.uff.br/ensaios_posgeo/article/view/36248.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, A. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, p. 81-100, jun 1977.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. As cidadanias mutiladas. In: PIÑON, N., et al. **O preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1997. p. 133-144.

SANTOS, M. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: edUSP, 2006.

SANTOS, M. **Da totalidade do Lugar**. São Paulo: Edusp, 2014.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teóricos-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, E. A. **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas-SP: Papel Social, 2018. p. 47-84.